



Instituições de acolhimento e o corpo feminino: gênero e práticas de controle

Elane Lima de Miranda, Luzia Wilma Santana da Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

lane.lima27@hotmail.com

Trabalhos completos GT 02 – Etnia, Gênero e Diversidade Sexual

RESUMO

Este artigo realiza uma análise histórica e teórica das instituições de acolhimento no Brasil, destacando os modos como se articularam práticas de controle social e disciplinamento dos corpos femininos. Fundamentado em revisão bibliográfica crítica, o estudo dialoga com autores clássicos, como Ariès, Foucault e Beauvoir, e com contribuições contemporâneas de Marcílio, Rizzini, Louro, Felipe e Goellner, além de pesquisas recentes que ampliam a compreensão do tema. Argumenta-se que, embora legitimadas como espaços de proteção, tais instituições operaram como mecanismos de vigilância e regulação, negando a infância como categoria social autônoma e reforçando padrões de gênero excludentes. Meninas foram submetidas a processos de docilização e moralização, destinadas a funções domésticas e ao cumprimento de normas rígidas, enquanto meninos eram preparados para atividades produtivas e socialmente valorizadas. Essa lógica revela a profunda relação entre poder, gênero e infância, evidenciando o corpo como locus de controle, mas também de resistências sutis. A análise demonstra que os abrigos se constituíram como territórios ambíguos, nos quais acolhimento e disciplina se entrecruzavam. Nesse sentido, o estudo contribui para refletir criticamente sobre as políticas contemporâneas de acolhimento, enfatizando a necessidade de práticas que reconheçam singularidades, assegurem direitos e favoreçam a construção de sujeitos autônomos e emancipados.

Palavras-chave: Infância; Instituições de acolhimento; Biopoder.

Submetido em: 18/10/2025 | **Aceito em:** 10/11/2025

Introdução

As instituições de acolhimento, também conhecidas como abrigos, no Brasil emergiram historicamente como resposta a situações de vulnerabilidade social, pobreza e desestruturação familiar, muitas vezes mediadas por iniciativas religiosas pautadas na caridade (Marcílio, 1998). A categorização de crianças como órfãs ou abandonadas, ainda que mantendo vínculos familiares, reforçava estigmas sociais e legitimava práticas institucionais de controle (Rizzini, 2004). Entretanto a literatura aponta que essas práticas, mesmo quando legitimadas como proteção,



reproduziram hierarquias sociais, reforçando desigualdades de gênero e classe (Silva; Souza, 2020).

O olhar histórico revela que o acolhimento transcendeu o cuidado articulando-se com formas de vigilância e disciplina corporal, sobretudo às meninas. Ariès (1973) evidencia que a infância não foi historicamente reconhecida como etapa diferenciada de desenvolvimento, sendo os sujeitos precocemente inseridos em funções sociais adultas, conforme normas de gênero. Assim, as instituições de acolhimento podem ser compreendidas como espaços de intersecção entre infância, gênero e poder, um fenômeno analisado à luz do conceito de biopoder (Foucault, 1987). O presente estudo tem como objetivo analisar a historicidade das instituições de acolhimento no Brasil, com particular atenção ao controle exercido sobre os corpos femininos e à construção social da infância enquanto categoria normativa. Pretende-se, assim, compreender as funções sociais dessas instituições, bem como os mecanismos de disciplinamento institucional que se articulam na produção de subjetividades e normas comportamentais.

A investigação enfatiza a inter-relação entre gênero, poder e corpo na configuração das práticas institucionais, buscando evidenciar como tais relações estruturam processos de inclusão, exclusão e normatização social. O estudo propõe uma reflexão crítica sobre as implicações contemporâneas dessas dinâmicas para as políticas públicas de acolhimento e proteção infantil.

Metodologia

O presente estudo adota uma abordagem sustentada em revisão bibliográfica, portanto, não sendo uma pesquisa de campo, se constituindo em uma reflexão teórica crítica, articulando fontes históricas, legais e teóricas para compreender as interseções entre infância, gênero e instituições de acolhimento. Foram selecionadas obras que fornecem tanto um referencial histórico quanto uma base conceitual à análise reflexiva, incluindo Ariès (1973) sobre a construção social da infância, Foucault (1987) sobre poder e disciplinamento, Beauvoir (1967) sobre a configuração social do gênero, Marcílio (1998) e Rizzini (2004) sobre as



práticas institucionais brasileiras. Complementam a análise, contribuições contemporâneas de Louro, Felipe e Goellner (2013), Gomes (2017), Silva e Souza (2020), Oliveira (2018), e também, Mourão e Araújo (2020), bem como documentos legais do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA (2006), que fundamentam a discussão sobre políticas públicas e proteção infantil.

A imersão nos saberes das personalidades supracitadas foi cuidadosamente realizada e sensivelmente trabalhada de modo a favorecer a construção de conhecimentos aplicáveis às ciências do cuidado humano. Essa perspectiva permite reconhecer a criança em sua integralidade, superando a visão reducionista que, ao longo da história, a tratou apenas como uma etapa transitória da vida. Nesse sentido, torna-se fundamental afirmar a infância como dimensão legítima da condição humana.

Resultados e Discussão

Configura-se, neste ponto do estudo, um processo de organização analítica em itens que, embora se apresentem de modo aparentemente separada com estratégia didática, mantém-se interligada em sua essência narrativa, encontram-se profundamente imbricados em sua tessitura narrativa e conceitual.

1. Histórico das Instituições de Acolhimento

As instituições surgiram como respostas emergenciais à vulnerabilidade infantil, mas também funcionaram como instrumentos de regulação moral e social (Marcílio, 1998; Rizzini, 2004). Até a década de 1980, os operavam como internatos voltados a suprir necessidades básicas negligenciando, dimensões afetivas e cognitivas.

Estudos recentes destacam que essa configuração ainda refletia padrões sociais e morais, consolidando papéis rígidos de gênero (Gomes, 2017; Mourão; Araújo, 2020).

O caráter disciplinar dessas instituições implicava a produção de corpos e subjetividades normatizadas, reforçando lógica patriarcal e segregacionista (Foucault, 1987; Silva; Souza, 2020).



2. Feminilidade e Controle

A feminilidade deve ser compreendida como uma construção social e histórica, materializada no corpo feminino, que funciona como espaço de poder, controle e resistência. Simone de Beauvoir (2019, p. 11 afirma que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, destacando que o gênero é produto de processos culturais e sociais que moldam comportamentos, expectativas e identidades. Nesse sentido, Louro, Felipe e Goellner (2003) enfatizam que o corpo feminino é disciplinado por normas institucionais e sociais, cujo objetivo é manter a ordem patriarcal e regular a conduta das mulheres. Foucault (1987) contribui para essa análise ao demonstrar como o poder se exerce sobre os corpos por meio de práticas de vigilância, disciplina e normalização, evidenciando que instituições como escolas, hospitais ou abrigos são espaços de reprodução dessas formas de controle.

Em instituições de acolhimento, a disciplina sobre o corpo feminino se manifesta na imposição da docilidade, na regulação de comportamentos e na definição de papéis socialmente aceitos, ao mesmo tempo em que estratégias silenciosas de resistência revelam a agência das mulheres mesmo em contextos de subordinação (Oliveira, 2018).

Butler (2021) amplia essa perspectiva ao argumentar que o gênero é performativo, ou seja, construído e reiterado por atos repetidos, o que indica que a resistência pode se dar justamente pela subversão dessas normas, mesmo em contextos de limitação e controle institucional. Assim, a análise do corpo feminino em instituições de acolhimento evidencia não apenas a reprodução de padrões sociais de poder, mas também a persistência de formas sutis de contestação e autonomia, revelando a complexidade das relações entre gênero, poder e corpo.

3. Disciplinamento e Controle dos Corpos Femininos

O controle sobre os corpos das meninas transcendia a simples vigilância cotidiana, nas instituições de acolhimento, abrangendo a regulação da sexualidade, comportamento, aparência e modos de socialização, configurando um exercício sistemático de poder na infância (Marcílio, 1998; Rizzini, 2004).



Ariès (1973) evidencia que, historicamente, a infância foi invisibilizada ou instrumentalizada como etapa funcional à sociedade adulta, o que se reflete nas práticas institucionais voltadas à conformidade social das meninas. Casas específicas buscavam prevenir supostos "desvios" comportamentais, impondo padrões normativos de gênero e moldando identidades femininas em consonância com expectativas sociais e morais (Silva; Souza, 2020; Gomes, 2017).

Beauvoir (2019) acrescenta que a construção social do feminino envolve processos de imposição e internalização de normas, que, no contexto institucional, se intensificam por meio de rotinas, disciplina e vigilância. Sob a perspectiva foucaultiana (Foucault, 1987), tais práticas configuram o biopoder, disciplinando corpos e legitimando a dominação institucional sob a retórica da proteção, transformando a infância em campo estratégico de formação de sujeitos regulados, conformes e subordinados às normas de gênero

4. Corpo Feminino: Construção Social e Política

A feminilidade é uma construção social que se materializa no corpo feminino, transformando-o em um locus de poder, controle e resistência, a exemplo do que Simone de Beauvoir (2019) enfatiza sobre o gênero como o resultado de processos históricos e culturais. Nesse sentido, Louro, Felipe e Goellner (2013) argumentam sobre a disciplinaridade do corpo feminino objetivando manter a ordem patriarcal.

As instituições, então, confirmam este *modus operandi* disciplinador de convergência para docilizar o corpo feminino. A resistência a este modo disciplinador surge silenciosamente diz Oliveira (2020), revelando-se por meio da agência das mulheres, ainda que em contextos de subordinação.

Os desdobramentos deste espaço, as Instituições de Acolhimento, evidenciam cenários que podem ser compreendidos como cruéis, ainda que a sua intenção seja de caridade, pois embora legitimados como espaços de proteção, historicamente funcionaram como territórios de controle e disciplinamento dos corpos. Instituições de biopoder, regulando comportamentos, corpos e



subjetividades por meio de normas, vigilância e técnicas de disciplina como salienta Foucault (1987).

Territórios em que padrões de gênero foram reiteradamente reforçados, corroborando a análise de Beauvoir (1967) sobre o torna-se mulher e assim, a infância negada como categoria social, invisibilizada e acéfala.

CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS

A análise reflexiva evidencia que práticas institucionais não apenas moldavam corpos, mas também naturalizavam desigualdades sociais e de gênero, estruturando hierarquias de poder que atravessam a infância e a adolescência. Meninas eram submetidas a controle mais intenso sobre sexualidade, comportamento e aparência, enquanto aos meninos liberdade ao seu corpo era conferida.

Compreender essa historicidade é essencial para identificar como tais práticas persistem, ainda que de forma velada nos tempos de 'hoje', nas políticas públicas e nas instituições contemporâneas de acolhimento infantil. Uma problemática que persiste existir, naturalizando o desrespeito ao corpo feminino e a subalternação da mulher mesmo no século XXI, diante de toda evolução científica – a mulher ainda se vê como um gênero discriminado devido a estruturas patriarcais históricas.

Portanto, está em vigilância, em reflexão crítica sobre essas dinâmicas é necessário, pois permite repensar as políticas públicas e práticas institucionais de forma ético moral.

Fundamental é promover estratégias que respeitem a singularidade de cada criança, assegurem direitos humanos e desafiem práticas hegemônicas de dominação. Integrar teoria, história e evidências empíricas se faz necessário de modo a orientar abordagens mais justas, respeitosas e sensíveis ao existencial humano. Assim, fortalecer a precípua função sociopolítica – que é de ser transformadores da realidade – ou seja, neste foco o princípio da dignidade humana na proteção, cuidado e emancipação infantil.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de: FLOKSMAN, D. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1973.

BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo: A experiência vivida**. Tradução de: MILLIET, S. 2 ed. São Paulo. Difusão europeia de livros 1967.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

BRASIL. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)**. Resolução nº 109/2006. Brasília, 2006.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento das Prisões**. Tradução de: RAMALHETE, R. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GOMES, C. R. **Acolhimento institucional: desafios e práticas educativas na proteção de crianças e adolescentes**. *Revista Brasileira de Serviço Social*, v. 72, n. 2, 2017.

LOURO, L. G; FELIPE, J; GOLLNER, V. S. A produção cultural do corpo. In: _____. (org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2013.

MARCÍLIO, L, M. **História social da Criança Abandonada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1998. MARIANO, M. S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.13, n. 3, p. 483-505, set. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/8mFpyJkkjRyMxnsqxQBZ95z/?lang=pt#>

MOURÃO, L.; ARAÚJO, F. **Infância e proteção social: historicidade e perspectivas contemporâneas**. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 138, 2020.

OLIVEIRA, A. S. **Ser criança em Instituição De Acolhimento**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7579396.

RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. Disponível em: http://www.editora.pucio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf

SILVA, M. C.; SOUZA, L. R. Crianças e adolescentes em abrigos: gênero, cuidado e disciplina. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, 2020.